

DIAGNÓSTICO NO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO SOBRE A TRANSVERSALIDADE E INTERDISCIPLINARIDADE NO ENSINO FUNDAMENTAL

DIAGNOSIS IN THE PEDAGOGICAL POLITICAL PROJECT OF MAINSTREAMING AND INTERDISCIPLINARITY IN ELEMENTARY EDUCATION

Cátia Silene Carrazoni Lopes Viçosa¹

[catialopes00@hotmail.com]

Emerson de Lima Soares¹

[emersonsoareslima@hotmail.com]

Edward Frederico Castro Pessano²

[edwardpessano@unipampa.edu.br]

Vanderlei Folmer²

[vanderleifolmer@unipampa.edu.br]

1. Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)

2. Universidade Federal do Pampa (Unipampa)

RESUMO

Este artigo analisa a constituição de um Projeto Político Pedagógico em uma escola de Ensino Fundamental, verificando se a transversalidade e a interdisciplinaridade são contempladas no documento, sendo este uma das principais ferramentas de concretização do currículo. A metodologia da pesquisa se baseou na análise documental e configura-se como investigação qualitativa. Os resultados da análise revelaram a desatualização do PPP diante das novas propostas educacionais de atualização curricular. Consta, no corpo do documento, o objetivo de formar cidadãos críticos e participativos, porém não expõe indicações referentes ao desenvolvimento de ações interdisciplinares e de articulação dos conhecimentos pertinentes aos Temas Transversais que visem colaborar nesta proposta. Os dados permitem concluir a necessidade de mobilização dos gestores, através dos segmentos escolares, no intuito de atualizar o PPP e contemplar a inserção dessas ações no currículo escolar do Ensino Fundamental. Sendo necessário estabelecer uma relação dialética entre currículo e prática pedagógica, legitimando esse documento e contribuindo no processo de fortalecimento da escola.

PALAVRAS-CHAVE: Projeto Político Pedagógico; Interdisciplinaridade; Transversalidade; Currículo; Ensino Fundamental.

ABSTRACT

This article analyzes the constitution of a Political Pedagogical Project (PPP) in a fundamental education school, verifying if transversality and interdisciplinarity, the main tools for the concretization of the curriculum, are contemplated in the document. The methodology of the research was based on documentary analysis and is configured as a qualitative research. The results of the analysis revealed that the school PPP is outdated in the face of the new educational proposals of curricular updating. The objective of educating critical and

collaborative citizens, included in the body of the document, does not display clear indications of how the development of interdisciplinary actions and the articulation of the knowledge pertinent to the Transversal Themes take place in order to interface with the proposal. The data obtained allow us to conclude that the school ruling body needs to be mobilized in order to update the PPP and contemplate the insertion of those actions in the school curriculum of Fundamental Education. It is necessary to establish a dialectical relationship between curriculum and pedagogical practice, legitimizing the document and contributing to the process of strengthening the school role.

KEYWORDS: *Pedagogical Political Project; Interdisciplinarity; Transversality; Curriculum; Elementary School.*

INTRODUÇÃO

Atualmente percebe-se a necessidade da escola ir além da formação cognitiva e intelectual dos estudantes, devendo proporcionar também uma formação social, atuando na construção de atores sociais, alicerçada na realidade e nos processos significativos de aprendizagem. Para tanto, segundo Demo (2010), a busca pela alfabetização científica, e a construção de novos conhecimentos, perpassam pela interdisciplinaridade dos saberes.

Neste sentido, a vida contemporânea favorece em nosso cotidiano a inclusão de inúmeras temáticas fundamentais para a vida em sociedade, presentes no contexto escolar, como as questões ambientais, de saúde, de gênero e sexualidade, de etnias e muitas outras. Desta forma, alguns documentos norteadores dos processos de ensino se apresentam como ferramentas de mediação e orientação das formas e estratégias que a escola deve primar para atingir os objetivos formadores.

Para tanto se destacam os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), que apresentam os Temas Transversais (TT) e seus meios de aplicação. Para Santos e Santos (2016) a organização dos Temas Transversais surgiu na perspectiva de dar ao currículo uma dimensão social e contemporânea, ao discutir temas relevantes em determinado contexto histórico-social. Essas discussões apresentam-se de maneira urgente em nossa sociedade, devendo ser constantes com a intenção de sensibilizar e alertar sobre a responsabilidade de todos em relação às demandas que envolvem assuntos sociais, econômicos, políticos, culturais, éticos e desenvolvimento tecnológico.

Portanto, com o intuito de fomentar essas discussões, alguns documentos oficiais que regem a educação brasileira como Plano Nacional de Educação (PNE) (BRASIL, 2014), apresentam em suas diretrizes questões relacionadas a esses temas. Entre essas questões citam-se a superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação, destacando os princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental. Para Bonamino e Martinez (2002) nas Diretrizes Curriculares Nacionais consta que a parte diversificada do currículo deve ser organizada e gerida de maneira que perpassem transversalmente a proposta curricular, imprimindo direção aos Projetos Políticos Pedagógicos (PPP).

Assim, os TT devem constarem no currículo escolar norteando as ações escolares e auxiliando nas reflexões e interações do trabalho docente. Contribuindo no processo de construção do conhecimento e do desenvolvimento da cidadania, dos educandos, através da formação de valores e posicionamento crítico e consciente sobre o meio em que está inserido.

Destacamos que a concepção do currículo escolar deve ser baseada em princípios que determinem e favoreçam as ações educativas, resultando em uma melhoria na aprendizagem,

na inserção e socialização do aprendente no contexto escolar. Para Veiga (2002) o PPP vai além de um simples agrupamento de planos de ensino e de atividades diversas, não sendo algo que é construído e arquivado, mas sim algo que deve ser construído e vivenciado em todos os momentos, por todos os envolvidos com o processo educativo da escola. Nesta perspectiva, Puchel (2011) entende que no PPP deve constar a expressão dos valores e princípios educacionais e políticos, devendo ser fruto de uma produção coletiva, com o objetivo de nortear e conduzir o processo de formação, buscando superar desafios políticos e pedagógicos.

Desta maneira, concebe-se o PPP como um documento, que dá autonomia escolar e também como uma ferramenta, que fomenta o desenvolvimento de ações e estratégias pedagógicas, permitindo a construção de uma identidade educacional, a partir da gestão democrática. A relevância do diálogo, neste processo, é destacado por Veiga (2001, p.59) ao afirmar que "toda e qualquer organização que pretenda implantar ou desenvolver prática de natureza participativa deve ter por base o exercício do diálogo".

Com a ampliação do Ensino fundamental de oito para nove anos, a partir de uma política de inclusão social, se percebe a necessidade de reformulação e reorganização do currículo, pois o acesso antecipado a educação constitui-se em um instrumento de conscientização política e construção de cidadania. Assim a escola deve se adequar para desenvolver questões que contemplem esses alunos no decorrer do Ensino Fundamental.

A reorganização de projetos pedagógicos que assegurem o pleno desenvolvimento dessas crianças em seus aspectos físico, psicológico, intelectual, social e cognitivo, tendo em vista alcançar os objetivos do Ensino Fundamental, sem restringir o trabalho pedagógico apenas à preocupação de alfabetizar a criança. (SAVELI, 2008, p. 69)

Os PCN apresentam sugestões que contribuem para a construção e/ou renovação deste documento escolar. Além de reforçarem a importância de que cada escola formule seu projeto educacional, compartilhado por toda a equipe, para que a melhoria da qualidade da educação resulte da corresponsabilidade entre todos os educadores (BRASIL, 1997, p. 7).

Essa renovação deve contemplar, sobretudo, o Ensino fundamental II, pois esta etapa de aprendizagem favorece a utilização dos conhecimentos já adquiridos em novos contextos, em que ensino e aprendizado interagem e proporcionam ao aluno diferentes formas de pensar e aprender. Nesta etapa o educando não apenas conhece a realidade, mas atua sobre ela, intervindo em seu contexto, adquirindo e vivenciando valores éticos e desenvolvendo a cidadania através de questões pertinentes ao seu dia a dia, qualidades essas valorizadas e exigidas pelo mundo contemporâneo.

Esses temas pertinentes são elencadas nos PCN-TT para serem incluídos e abordados no currículo do Ensino Fundamental (EF) como Saúde, Ética, Meio Ambiente, Orientação Sexual; Pluralidade Sexual, Trabalho e Consumo. Sendo, conforme os PCN (BRASIL, 1997), desenvolvidos em forma de conteúdo, mas não em uma área específica do conhecimento, sendo pertinentes a todas as disciplinas e preferencialmente devem ter uma abordagem interdisciplinar.

A inserção da transversalidade no documento que conduz as propostas educacionais, a partir de um viés interdisciplinar, se apresenta como uma estratégia que visa incluir no contexto escolar temas atuais que fazem parte do cotidiano dos educandos. Lannes et al (2014) entendem que o trabalho com os eixos temáticos propostos torna-se mais consistente

em termos de uma formação que permita ao sujeito atuar em uma sociedade complexa e em permanente transformação.

Neste cenário, conforme indica Veiga (2001), considerando a relevância de buscar melhoria na qualidade do ensino em escolas públicas por meio de estudos e pesquisas sobre o PPP, surgiu a questão que norteia nosso estudo:

- Os Temas Transversais e a interdisciplinaridade são contemplados no Projeto Político Pedagógico de uma determinada escola municipal?

Deste modo, este ensaio objetiva diagnosticar e analisar a constituição do PPP de uma escola pública, verificando em suas orientações se os Temas Transversais e a interdisciplinaridade estão presentes no corpo do documento e quais as indicações referentes aos mesmos. Identificando em caso afirmativo, quais são as abordagens e orientações existentes sobre esses temas e em caso negativo, que ações a escola deve desenvolver na perspectiva de contemplar essas questões.

Assim, este diagnóstico justifica-se no sentido de compreendermos a importância de uma educação de qualidade, alicerçada no documento oficial da escola, e articuladas entre diferentes áreas do conhecimento. Salienta-se ainda, que a análise aqui exposta, faz parte de um estudo mais amplo que tem como perspectiva discutir a concepção de professores dos anos finais do EF, sobre esses temas pesquisados, na intenção de ampliar e fomentar as discussões sobre a abordagem transversal e interdisciplinaridade no contexto escolar.

O Projeto Político Pedagógico

Toda escola almeja em suas ações educativas alcançar metas que promovam o desenvolvimento intelectual e crítico social dos educandos através de uma aprendizagem significativa. Assim destaca-se a relevância do Projeto Político Pedagógico (PPP) neste processo em fornecer meios para a concretização dessas ações, em que cada palavra que o compõem, segundo Veiga (2002), apresenta um significado distinto:

- Projeto representa inovação ou transformação, o ponto de partida ou intencionalidade de propostas de ações a serem futuramente executadas;

- Político considera a orientação e princípios a serem seguidos como base para obter êxito nas ações; e,

- Pedagógico refere-se ao momento de definição, organização e concretização das ações que apontam para sucesso no processo de ensino aprendizagem.

No *corpus* desse documento deve constar uma escrita detalhada sobre as diretrizes escolares, objetivos e ações educacionais a serem abordadas e desenvolvidas na escola, apresentando o amparo legal para a construção do mesmo, elencando necessidades e expectativas da comunidade escolar. Propiciando o desenvolvimento de capacidades, a compreensão e a intervenção nos fenômenos sociais e culturais, assim como possibilitar aos alunos usufruir das manifestações culturais nacionais e universais (BRASIL, 1997, p 33).

Para garantir o sucesso dessas ações, o referido documento, deve contemplar essas orientações, sendo que cabe a escola, conforme Veiga (2002), seguir as orientações da LBD/ nº 9.394 conceber, realizar e avaliar seu projeto educativo e pedagógico com base em seus alunos, sem aguardar que esferas administrativas superiores assumam essa responsabilidade, mas sim que possibilitem condições necessárias para o desenvolvimento das propostas.

O projeto não é algo que é construído e em seguida arquivado ou encaminhado às autoridades educacionais como prova do cumprimento de

tarefas burocráticas. Ele é construído e vivenciado em todos os momentos, por todos os envolvidos com o processo educativo da escola. (VEIGA, 2002, p.1)

Esta construção e organização deve envolver equipe pedagógica e professores, conforme apontado na LDB (BRASIL, 2015, p.14), além da comunidade escolar, constituída por funcionários e responsáveis legais dos educandos. No corpo dos PCN (BRASIL, 1997) consta que projeto educativo é a identidade da escola em um processo dinâmico de discussão, reflexão e elaboração contínua, devendo ser elaborado pela equipe pedagógica, buscando a adequação do projeto às características sociais e culturais da realidade em que a escola está inserida.

Verifica-se que o documento atua como instrumento balizador do processo educativo, fortalecendo a escola e configurando-se como uma ferramenta de planejamento e avaliação. A escola deve ser promotora do desenvolvimento cognitivo dos educandos considerando questões pessoais e individuais de cada aluno. Almejando, segundo Libâneo (2001), a inserção no mundo do trabalho, a constituição da cidadania, inclusive como poder de participação, tendo em vista a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Os Temas Transversais

A educação brasileira é marcada por várias rupturas, que perpassaram o período imperial, republicano, regime militar até chegar na abertura política (BARRETTO E MITRULIS, 2001). Nessas transições observou-se a evolução da educação a partir da elaboração de leis que objetivam o progresso na educação brasileira.

Entre essas leis podemos citar a LDB/9394 de 1996, que apontou para uma gestão democrática do ensino e autonomia pedagógica. A partir dela elaboraram-se os PCN que servem como orientações curriculares, com a finalidade de contribuir na formação pessoal e social dos indivíduos. Posteriormente aos PCN, os TT foram incorporados ao ensino com o objetivo de trazer, para cada escola, questões importantes da vida cotidiana, pois abordam processos que estão sendo vividos pela sociedade (GARCIA et al, 2010).

Entende-se, assim, a educação como um processo em constante transformação que possibilita aos educandos o desenvolvimento de suas potencialidades, perpassando pelo período escolar até atingir a vida adulta. Devendo ter como princípio a formação integral de cidadãos, circundando os mesmos em questões sociais, políticas e históricas do país.

A formação integral dos educandos é contemplada nos TT, através de questões como Ética, Saúde, Orientação Sexual, Meio Ambiente, Pluralidade Cultural e Trabalho e Consumo. E objetivam abranger temas urgentes e relevantes que surgem no cotidiano dos educandos e educadores, no intuito de promover a compreensão e construção dos direitos relacionados a vida pessoal e coletiva. Por possuírem um viés interdisciplinar, os TT permitem que suas abordagens permeiem todas as disciplinas, atuando como eixo unificador de discussões que possam emergir no contexto escolar. Assim, considera-se que mudanças aceleradas da sociedade refletem no cotidiano da escola, exigindo ações compatíveis com as demandas de cada comunidade.

A contribuição da escola, segundo PCN TT (BRASIL, 1997) é de desenvolver um projeto que amplie capacidades e permita a intervenção na realidade com o intuito de transformá-la. Indicam ainda que o PPP deve posicionar-se em relação às questões sociais, não tratar os valores como conceitos ideais e, incluir essa perspectiva no ensino das diferentes áreas do conhecimento escolar.

Nesse sentido, na compreensão de Macedo (1998) os temas transversais tem o intuito de ser o eixo estrutural do currículo, para que se consolidem como eixo integrador das diferentes áreas do currículo e, deste, com a realidade social. Entende-se assim, ser necessário uma articulação entre as áreas e os temas transversais, fundamentados na seleção e organização do conhecimento em cada área. Assim a prática pedagógica, interdisciplinar e transversal se alimentam mutuamente, sendo impossível haver transversalidade sob outra ótica, se não a da interdisciplinaridade.

Interdisciplinaridade

A introdução da interdisciplinaridade no panorama da educação brasileira teve início a partir da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) nº 5.692/71, sendo que a partir da LDB nº 9.394/96, docentes e discentes de licenciatura, começaram a aprofundar as discussões sobre esse tema. Assim, no intento de embasar essas discussões, os PCN (BRASIL, 1997) introduziram em seu documento orientações sobre como desenvolver atividades interdisciplinares no espaço escolar. Indicam a interdisciplinaridade como eixo integrador que pode ser desenvolvida como objeto de conhecimento, projeto de investigação ou plano de intervenção a partir da necessidade sentida pelas escolas, professores e alunos de compreender, intervir ou mudar algo que desafia uma disciplina isolada.

Para Fazenda (2002) a interdisciplinaridade envolve uma relação de reciprocidade e mutualidade, pressupondo uma atitude distinta a ser assumida frente ao problema do conhecimento, que visa superar a concepção fragmentária por uma concepção única de saberes. Sendo, portanto, a interação entre sujeitos que se encontram e sabem que precisam um do outro na reconstrução dos indivíduos. Conforme alguns autores, a interdisciplinaridade consiste em uma estratégia de interação entre as disciplinas ou áreas do saber, que fornecem maior significado, na busca de superação da atomização do conhecimento humano, devendo ser inserida na Educação Básica como um princípio norteador de atividades pedagógicas (LUCK, 1994; IRIBARRY, 2003; HARTMANN E ZIMMERMENN, 2007).

Por esta razão, conforme Beane (2003), a interdisciplinaridade se torna muito importante, destacando-se como um sinônimo de integração curricular e configurando como um método pelo qual está se torna efetiva. Sendo, desta forma, a interdisciplinaridade um mecanismo de executar e articular os TT com diferentes áreas do conhecimento, seja a partir das várias áreas do saber, ou seja, a partir de diferentes atores sociais que se encontram e contribuem para o processo formativo.

METODOLOGIA

O diagnóstico do PPP, a partir de análise documental, foi realizado em uma escola de Ensino Fundamental, da rede municipal de ensino da cidade de Uruguai/RS. Esta análise, se caracteriza como um estudo de caso, possui caráter qualitativo e o processo metodológico teve como princípio a análise documental do PPP da escola supra citada. Pimentel (2001) considera que esses estudos baseados em documentos, como material primordial, extraem deles toda a análise, organizando-os e interpretando-os segundo os objetivos da investigação proposta.

Como alicerce teórico para a pesquisa utilizou-se as orientações de Veiga (2001) sobre “questões chaves” que devem constar neste documento, sendo ele o norteador pedagógico que rege o bom andamento da escola.

Para tanto foi construída uma matriz analítica, seguindo as orientações de Mallmann (2015), como estratégia de registro de análise interpretativa-crítica dos dados, conforme o

quadro 1, com questões que orientam e consideradas primordiais para a análise documental do PPP:

Quadro 1: Questões norteadoras da matriz analítica elaborada para análise do PPP.

Qual o ano de construção e/ou atualização do Projeto Político Pedagógico?
O documento faz menção sobre igualdade e qualidade de ensino?
A gestão democrática está presente no projeto?
O corpo do documento contempla a interdisciplinaridade?
O PPP orienta e/ou apresenta indicações sobre os Temas Transversais?

Fonte: Elaborado pelos autores e adaptado de Mallmann (2015)

A partir dessas questões e de acordo com as concepções de Pimentel (2001) de que a análise documental percebe os documentos como base para o desenvolvimento de estudos e pesquisas, visando à reconstrução crítica dos dados passados no intuito de obter indícios para projeções futuras, foi realizada a análise do PPP que rege a escola. A metodologia de análise dos dados baseou-se em Bardin (2011) através da análise de conteúdo.

ANÁLISE E DISCUSSÃO

A partir de uma leitura detalhada no Projeto Político Pedagógico (PPP), documento oficial da escola supracitado, buscou-se diagnosticar, analisar e responder as questões propostas na matriz analítica de maneira crítica e reflexiva. O foco principal foi verificar se a transversalidade e interdisciplinaridade são contempladas no EF II, pois consideramos ser nesta etapa escolar que o aluno aprofunda as reflexões sobre diferentes questões pertinentes ao seu entorno. Essas reflexões envolvem diferenças culturais, valores, crenças e relações sociais, que fazem parte do cotidiano escolar e resultam em uma rica e complexa estrutura de conhecimentos dos sujeitos. Assim no quadro abaixo apresentamos o diagnóstico da análise do PPP:

Quadro 2: Resultado do diagnóstico do PPP

Qual o ano de construção e/ou atualização do Projeto Político Pedagógico?	A construção do PPP ocorreu em 2008, sendo disponibilizado, para todas as escolas da rede de ensino, pela mantenedora municipal, não havendo participação dos segmentos escolares e atualização desde a referida data.
O documento faz menção sobre igualdade e qualidade de ensino?	Esses quesitos são parcialmente contemplados no documento. Destacam a igualdade em relação ao educando, na intenção de promover a inclusão, o respeito ao ser humano e suas diferenças. Sobre qualidade de ensino evidenciam que a maioria de seus professores possuem formação superior e que seus funcionários possuem qualificação. Porém não há

	indicativos que fomentem a formação continuada.
A gestão democrática está presente no projeto?	O PPP não faz menção explícita sobre gestão democrática, mas propõe-se a ouvir os personagens que tem interesse no sucesso da educação, no sentido de ampliar e implicar novas abordagens. Propõe, em suas ações administrativas, assegurar a participação de todos os segmentos da escola na execução dos objetivos propostos.
O corpo do documento contempla a interdisciplinaridade?	A interdisciplinaridade não está contemplada no PPP. Na parte metodológica, consta uma referência sobre integração dos conhecimentos e desenvolvimento de projetos, mas não apontam a interdisciplinaridade como estratégia que possibilite a promoção dessas ações.
O PPP orienta e/ou apresenta indicações sobre os Temas Transversais?	O PPP limita-se a abordar de maneira sintetizada questões como, ética e cidadania e não apresenta em suas linhas questões atuais e pertinentes ao contexto escolar como os demais TT: Saúde, Meio Ambiente, Orientação Sexual, Pluralidade Cultural e Trabalho e Consumo.

Fonte: Elaborado pelos autores

A partir deste diagnóstico, buscou-se analisar essas questões alicerçando-nos em alguns autores que fomentam as discussões sobre a natureza e importância desses temas na educação.

Assim, no primeiro quesito analisado constatou-se a desatualização do PPP e a padronização com as demais escolas municipais. Conforme dados obtidos, com a equipe gestora escolar, o referido documento foi disponibilizado para todas as escolas da rede municipal de ensino, seguindo um modelo padrão de elaboração e não sendo atualizado desde essa data. Desde o ano de elaboração do documento até os dias atuais surgiram novas propostas, que contemplam os PPPs, entre eles cita-se, como exemplo, os Planos Municipal, Estadual e Nacional de Educação.

No atual Plano Municipal de Educação (BRASIL, 2015), consta em suas diretrizes sobre a importância da adequação, pela escola, da proposta pedagógica de maneira clara e objetiva, considerando a forma do currículo e sua flexibilização. Veiga (2013) entende que a escola se desenvolve num espaço e tempo histórico; com orientações previamente instituídas e sob a gestão de um corpo docente que assegura o desenvolvimento de ações educativas, sendo responsável por rever o instituído e, a partir dele, instituir outras possibilidades. Assim é necessário rever seus currículos, métodos de ensino e de avaliação através do diálogo com os

segmentos escolares, repensando a sua finalidade e identidade a fim de não se perder o vínculo com a própria história e sem desconectar-se dos alunos em processo de formação.

O PNE (BRASIL, 2014) sinaliza para uma educação com qualidade em que ocorra a revitalização dos projetos pedagógicos escolares a partir da articulação da escola com os diferentes equipamentos públicos, espaços educativos, culturais e esportivos. Considera-se, portando, imprescindível a atualização deste documento que serve como aporte para fundamentar questões e discussões que se apresentam em curto, médio e longo prazo no ambiente escolar. Vasconcellos (2002) entende o PPP como uma sistematização, nunca definitiva, que se aperfeiçoa e se concretiza na caminhada e que define o tipo de ação educativa que se quer realizar, sendo um instrumento teórico-metodológico que serve para intervenção e mudança da realidade.

No segundo item analisado, sobre igualdade e qualidade de ensino, foi possível constatar que esses quesitos são parcialmente contemplados. Elencam, referindo-se a igualdade, a intenção de promover a inclusão, valorização, o respeito ao ser humano e suas diferenças, destacando a manifestação cultural como fator de aprendizagem significativa. Explanam no marco situacional, sobre uma perspectiva inclusiva e na intenção de adequar-se, no aspecto físico, para receber alunos "portadores" de necessidades especiais. Para Sarlet e Bublitz (2014) o termo portador já não é mais aceito por evidenciar a deficiência e não a pessoa humana, indicando que quem porta algo pode, a qualquer tempo, não portar mais, e com a deficiência isso não acontece. Sendo portando necessário, ao atualizar o documento, além de adotar padrões de terminologias atuais para designar pessoas com deficiência, fomentar ações que impactem de maneira positiva nas práticas inclusivas diminuindo a distância entre teoria e prática.

Na leitura de Lara (2015) sobre os PCN, é necessário que a escola de EF reconheça a diversidade, procurando formas de acolhimento que requerem disponibilidade, informações e discussões que visem a reflexão sobre a importância de considerarmos que somos todos iguais, independente de crença, raça, cultura, ou de quais quer sejam as diferenças, e saber que as mesmas fazem parte do mundo. Desta forma, compreende-se que, discussões sobre questões de igualdade, devem permear o cotidiano escolar, abordando questões que visem erradicar preconceitos relacionados à raça, deficiência física, religião, opção sexual, entre outros, principalmente com alunos dos anos finais do EF que estão em processo de autonomia de concepções.

Quanto à qualidade de ensino, em seus princípios, existe a indicação de um crescimento qualitativo e de realização pessoal do aluno, enfatizando uma metodologia que desenvolva habilidades de leitura, escrita e raciocínio lógico-matemático em que se possa vivenciar inúmeras situações de aprendizagem. Indica ainda que a maioria de seus 32 professores possuem formação superior e que seus funcionários possuem um bom nível de qualificação.

A qualidade do ensino para Souza e Souza (2010) está condicionada a diversos fatores como: instalações, laboratórios, erradicação da fome, pobreza e analfabetismo. Mas um de seus principais fatores é a qualificação do corpo docente. Estando a qualidade de ensino diretamente relacionada com a formação continuada de professores, em que um profissional qualificado contribui de maneira significativa no processo de ensino-aprendizagem e na compreensão crítica do cenário em que o aluno está inserido. Assim, considerando-se que o papel do professor é fundamental no processo de qualificação do ensino, não identificou-se no documento propostas de formação continuada que possam ser desenvolvidas por meio da escola.

A formação continuada na perspectiva do desenvolvimento profissional refere-se ao processo de melhoria na prática pedagógica e também a formação ao longo de toda a vida profissional, e deve se refletir em mudanças na forma do professor pensar, avaliar e atuar sobre o ensino, e na mediação do processo de ensino e aprendizagem. (LOPES, 2011, p.12)

Ainda como parâmetros na qualidade da educação o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (BRASIL, 2015) conferiu no ano de 2011, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) em 3,9. Em 2013 a escola apresentou número de participantes insuficientes para que o resultado fosse divulgado. A meta projetada pelo IDEB para 2017 é de 5,6. Alves e Soares (2013) consideram que o indicador e suas metas incentivam, escolas e gestores, para melhorar o desempenho e o rendimento dos alunos, elevando a qualidade educacional desde que as desigualdades também sejam consideradas na análise de seu desempenho.

Entende-se, portanto, conforme indicado no PNE (BRASIL, 2014) a necessidade de articulação, entre os entes federativos, como meio de fecundar essa proposta de eliminação de desigualdades educacionais dentro do cenário brasileiro. Sendo necessária universalização da alfabetização e de oportunidades educacionais, com o fortalecimento do sistema educacional, visando à redução das desigualdades e a busca por qualidade de ensino.

Na sequência da análise, identificou-se que o PPP não faz menção explícita sobre gestão democrática. Em suas estratégias de ação propõe-se a ouvir os personagens que tem interesse no sucesso da educação, no sentido de ampliar novas abordagens. Propõe ainda assegurar a participação dos segmentos da escola na execução dos objetivos propostos.

Enfatiza-se que na Constituição Federal (BRASIL, 1988), Art. 206, inciso VI, a gestão democrática do ensino público está presente e compreende-se como sendo uma forma de gerir uma instituição de maneira participativa, transparente e que privilegie a democracia em suas ações. Para Veiga (2004) implica o repensar da estrutura do poder da escola:

A socialização do poder propicia a prática da participação coletiva, que atenua o individualismo; da reciprocidade, que elimina a exploração; da solidariedade, que supera a opressão; da autonomia, que anula a dependência de órgãos intermediários que elaboram políticas educacionais das quais a escola é mera executora. (VEIGA, 2004, p. 19)

Pela desatualização do documento, apontada no início desta análise, entende-se que a gestão democrática não está presente efetivamente na escola, caso contrário o mesmo já teria sofrido intervenções e atualizações no decorrer deste período. Destaca-se, neste sentido, a necessidade de realizar articulações com os segmentos escolares, reunindo esforços, para refletir e agir diante do documento que configura-se como identidade escolar. No qual a gestão democrática apresenta-se como uma contribuição indispensável no processo do direito à educação, de decisão das práticas educativas e exercício da cidadania com participação ativa dos segmentos escolares.

No penúltimo item analisado verificou-se que as ações interdisciplinares não estão contempladas no PPP. Consta na parte metodológica uma referência sobre integração dos conhecimentos em que serão enfatizados nas habilidades de leitura, escrita e raciocínio lógico-matemático. Sendo que Fazenda (2002) faz distinção entre os termos ao afirmar que integração estaria relacionada, de maneira formal, às disciplinas, produzindo uma visão parcial, não de totalidade sobre o conhecimento, enquanto que interação é condição essencial para a

efetivação da interdisciplinaridade, pois une, de fato, os conhecimentos e contribui para com a transformação da realidade.

É elencado no decorrer metodológico do documento, o desenvolvimento de projetos, que objetiva atenção especial às habilidades dos alunos, mas não apontam a interdisciplinaridade como possibilidade de desenvolvimento dos mesmos pelos professores. Devendo ser inserida na Educação Básica como um dos princípios norteadores de atividades pedagógicas, caracterizando-se pelo enfoque pedagógico que se estabelece por diálogo entre diversas áreas do conhecimento, redefinindo limites e ampliando o conhecimento real em sua dinâmica, contribuindo no processo de ensino aprendizagem, sendo sempre um fenômeno reconstrutivo e político, nunca apenas reprodutivo (DEMO, 2001; HARTMANN E ZIMMERMENN, 2007). Nos PCN (BRASIL, 1997) consta que:

A interdisciplinaridade questiona a segmentação entre os diferentes campos de conhecimento produzido por uma abordagem que não leva em conta a inter-relação e a influência entre eles, questiona a visão compartimentada (disciplinar) da realidade sobre a qual a escola, tal como é conhecida, historicamente se constituiu. Refere-se, portanto, a uma relação entre disciplinas. (BRASIL, 1997, p. 31)

Deste modo, entende-se ser fundamental a inserção da interdisciplinaridade no EF como um elo de integração entre diferentes áreas específicas, compreendendo temáticas e conteúdos, admitindo dessa forma a inserção de recursos inovadores e dinâmicos, que favoreçam as aprendizagens. Lara et al (2015) reconhecem a dificuldade em trabalhar temas em comum nas diferentes disciplinas, porém consideram ser necessário que se proponham alternativas com vistas a modificar esta realidade.

No último item da matriz analítica foi verificada orientações que contemplem a transversalidade, considerando-se nesta parte da análise a Ética; Saúde; Meio Ambiente; Orientação Sexual; Pluralidade Cultural; Trabalho e Consumo.

Constatou-se, no decorrer da análise, que o documento contempla, de maneira sintetizada a temática Ética, focando de modo restrito na formação para a cidadania. Em seu marco doutrinário, o documento, apresenta objetivos e princípios a partir da proposta de uma postura filosófica reflexiva, considerando o homem como ser único que aprende, evolui e cresce a partir do processo educativo. Destacam, nesses itens, o resgate de valores éticos e morais que contribuam para o ingresso na sociedade, como cidadãos, através do respeito e tolerância ao ser humano e suas diferenças e reflexão a respeito dos valores da sociedade atual e suas mudanças.

A intenção do tema Ética no contexto escolar é a de fomentar um trabalho pedagógico voltado para a cidadania como eixo estrutural da educação, visando promover a formação de alunos capazes de cultivar um pensamento crítico acerca dos problemas relativos à convivência social. Favorecendo, conforme Severino (2011), as diferentes dimensões do aluno na formação ética, acendendo perspectivas em prol de uma construção social capaz beneficiar tanto para o indivíduo quanto para a coletividade. Assim, entende-se que a escola limita-se à abordagem sobre temática ética, não expondo nas linhas do documento analisado, questões atuais, pertinentes ao contexto escolar, como os demais TT.

Em relação às temáticas Saúde e Orientação Sexual, não foi diagnóstico nenhuma indicativa no PPP analisado. Na literatura alguns autores destacam ser essencial o enfoque dos temas Saúde e Orientação Sexual no contexto escolar, ao entenderem a educação como promotora da saúde e imprescindível na melhoria da qualidade de vida, contribuindo para o respeito a si e aos outros (LARA et al, 2014; MOREIRA et al, 2015). Reforçam ainda a relevância de abordar

relações existentes entre o mundo do trabalho com os assuntos desenvolvidos em sala de aula. De forma complementar Sarwar et al (2015) destacam a relevância de abordar e promover a educação e saúde no contexto escolar, abrangendo além da questão biológica, a saúde ambiental, emocional e intelectual, contribuindo para o desenvolvimento da aprendizagem e favorecendo ao máximo o potencial dos educandos.

A escola exerce papel destacado na formação dos cidadãos, na medida em que o grau de escolaridade tem associação comprovada com o nível de saúde dos indivíduos e dos grupos populacionais e os professores ao sanarem dúvidas e curiosidades sobre esse tema contribuem no processo formativo dos educandos (LANES et al, 2011; MOREIRA et al, 2011). No qual, ao compartilharem informações corretas possibilitam um processo de ensino aprendizagem consciente e autônomo que permite realizar escolhas que viabilize melhoria na qualidade de vida.

Conforme Klein (2016), o momento atual representa um retrocesso em relação à abordagem desses assuntos, pois os PCN elaborados e editados pelo MEC em 1997, já previam os assim chamados temas transversais ou temas da vida cidadã, dentre os quais constavam Orientação Sexual, sendo que a proposta preliminar do MEC da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), ao tratar dos assim denominados "temas integradores", omite ou pelo menos não explicita esta temática.

Quanto a temática Meio Ambiente foi diagnosticado uma possível alusão sobre esse tema, no Marco Situacional, em que é citado a necessidade de uma atenção ao entorno da escola, como saneamento básico, pavimentação e segurança, sendo que nas demais páginas do documento, não são apresentados propostas de ações que visem discutir ou sanar essas e demais questões que envolvam o meio em que a escola está inserida.

Neste sentido, a abordagem ambiental para Guillén (2004) deve reconhecer valores, esclarecer conceitos e desenvolver atitudes e competências, a fim de compreender e apreciar as inter-relações entre o homem, cultura e meio ambiente. Neste contexto, o Meio Ambiente abrange ações além das ambientais, para serem abordados no EF, podendo se associar à ele temas como saúde, ética, qualidade de vida e questões econômicas. É pertinente promover discussões, na escola, englobando questões associadas ao Meio Ambiente como um instrumento de sensibilização, valorização e conservação dos recursos naturais, bem como da reflexão crítica sobre a realidade vivenciada, promovendo atitudes e ações para lidar com as questões ambientais e sociais, visando soluções sustentáveis (TEIXEIRA et al, 2016).

Percebemos assim, conforme já salientado por Pessano et al (2015) e Virgens (2011), a necessidade da inserção, da educação ambiental, nos processos educacionais, voltadas para a contextualização dos conteúdos formais, interagindo com as transformações ocorridas no ambiente e contribuindo na formação da sociedade. Locatelli e Hendges (2005) consideram necessária a elaboração de novos currículos que contemplem esse tema de forma interdisciplinar.

Quanto à abordagem da Pluralidade Cultural no PPP, constatou-se a indicação da manifestação cultural como fator de aprendizagem significativa, mas não esclarecem a maneira como se dará esse processo. Os PCN (BRASIL, 1997) indicam a necessidade de investir na superação da discriminação e dar a conhecer a riqueza representada pela diversidade etnocultural que compõe o patrimônio sociocultural brasileiro, valorizando a trajetória particular dos grupos que compõem a sociedade. A escola brasileira ainda não aprendeu a conviver com essa realidade e, por conseguinte, não sabe trabalhar com as crianças e jovens de diferentes estratos sociais e de culturas diferentes, constituídos, na sua grande maioria, de negros e mestiços (RODRIGUES et al, 2015).

Sobre Trabalho, Consumo e Cidadania, apesar do documento enfatizar que tem como foco a formação de indivíduos livres e responsáveis, não apresenta propostas que possibilitem discutir esse tema. Entende-se que uma das funções da escola é promover a discussão deste tema com alunos, pois eles representam os futuros integrantes do mercado de trabalho e de consumo. Sendo imprescindível proporcionar abordagens coletivas que os façam refletir sobre direitos, deveres, participação nas decisões políticas e uma futura inserção no mercado de trabalho.

Neste cenário, na compreensão de Santos et al (2016) sobre os PCN, a escola deve desenvolver um projeto comprometido com o desenvolvimento de capacidades que permitam intervir na realidade para transformá-la. Em que o PPP considere questões sociais, interpretando a tarefa educativa na intervenção da realidade escolar, abordando valores, além dos conceitos ideais e incluindo essa perspectiva no ensino nas diferentes áreas do conhecimento do currículo. Assim, entende-se ser necessário que as escolas formulem seu planejamento em concordância com o que apontam os PCN, relativo aos Temas Transversais e, compartilhem com toda a equipe escolar.

A partir da análise, do PPP, percebe-se que o documento não expõe em suas linhas de ações propostas concretas que fomentem o enfoque dos Temas Transversais pela escola. Sendo que as discussões e abordagens dessas temáticas devem permear as práticas escolares, contribuindo desta maneira para o ensino aprendizagem dos alunos, bem como para a formação cidadã crítica e reflexiva, pois apresenta questões de respeito mútuo, coletividade, prevenções de doenças, considerando o educando como agente social.

A articulação desses aspectos, para Medeiros e Valente (2010) e Dissegna (2016), torna o currículo dinâmico e flexível dentro de cada realidade, mas para que essa alternativa se torne pedagogicamente viável é necessário um trabalho em conjunto do corpo docente da escola ou da comunidade acadêmica. Diante disto, entende-se ser papel da escola promover e integrar ações que visem a renovação do projeto escolar, através da inclusão dos temas transversais e de questões pertinentes ao contexto escolar, promovendo a problematização a respeito do pessoal e do coletivo, resultando no exercício da cidadania e transformação social. Para Libâneo (2004):

O projeto político-pedagógico pode ser comparado, de forma análoga, a uma árvore. Ou seja, plantamos uma semente que brota, cria e fortalece suas raízes, produz sombra, flores e frutos que dão origem a outras árvores, frutos... Mas, para mantê-la viva, não basta regá-la, adubá-la e podá-la apenas uma vez. (LIBÂNEO, 2004, p. 152)

Para Freire (2001) toda prática educativa envolve uma postura teórica, implicando na concepção dos seres humanos e do mundo, devendo assim, ser subsidiado pelo currículo escolar que aborde concepção de educação e que sujeito a escola pretende formar. Entende-se, desta maneira, ser necessário reformulações no PPP, contemplando aspectos relevantes ao contexto escolar, como, por exemplo, gestão democrática efetiva, interdisciplinaridade e abordagens sobre temas transversais de maneira mais clara e objetiva, considerando um novo olhar sobre essas questões. Pois é no EF II, período que coincide com o início da fase da adolescência, que os valores éticos, morais, sociais e religiosos são contestados, repensados e passados por um crivo bastante crítico dos educandos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise identificou-se a necessidade de atualização do documento escolar, pois o mesmo encontra-se desatualizado diante das propostas presentes nos atuais documentos que orientam a educação brasileira, não contemplando questões pertinentes a comunidade escolar. Sendo imprescindível uma ação conjunta, a partir da Gestão Democrática, que contemple todos os setores da escola, na intenção de reformulação do documento. Gestão essa não dissociada da igualdade e qualidade de ensino. Visando, desta maneira, a inserção no documento de propostas que promovam a igualdade, auxiliem na qualidade de ensino e contemplem ações no desenvolvimento dessas sugestões no âmbito escolar.

Apointa-se também que não existe, no documento analisado, indicações sólidas que remetam aos Temas Transversais e ao desenvolvimento de ações interdisciplinares. Entende-se assim, ser relevante que a articulação destas propostas estejam explícitas neste documento, no intuito de favorecer a integração de professores de diferentes áreas dos saberes. Tendo por finalidade proporcionar e promover a qualidade de ensino, a desfragmentação do conhecimento e a construção de aprendizagem que contribua com a formação integral do educando.

Diante do exposto, entende-se a necessidade da inserção dessas questões no projeto educacional da escola pesquisada, a fim de fomentar discussões e problematizações com temas atuais e pertinentes a realidade dos educandos. Sendo o PPP eixo de toda e qualquer organização e ação a ser desenvolvida na escola e em processo de construção contínua, tornando-se uma idealização coletiva que pode ser transformado e adequado de acordo com as necessidades escolares. Defendemos essa inserção por entendermos que a escola é local propício para intermediar discussões sobre temas pulsantes em sociedade e de interesse dos educandos.

Logo, é inerente a escola promover propostas, em que os sujeitos sejam envolvidos na ação educativa, estimulando situações de aprendizagem que favoreçam a compreensão do direito à cidadania em diferentes aspectos, sejam eles de saúde, sociais, econômicos, ambientais e pessoais. Pois é nesta fase escolar, aliado ao início da puberdade, que os educandos ao desenvolverem maturidade emocional, identificam a escola como espaço elucidativo de questões por eles elencados e relevantes para o desenvolvimento de sua criticidade e posicionamento como cidadãos.

Conclui-se assim, ser necessário que a escola, a partir de seus gestores, adote uma nova postura e busque alternativas que motivem os segmentos da escola na intenção de atualização e inserção dessas questões no currículo escolar. Estabelecendo uma relação dialética entre currículo e prática pedagógica, legitimando esse documento e contribuindo no processo de fortalecimento da escola, através de reflexões e rupturas, no intuito de construir novas perspectivas relacionadas à educação no Ensino Fundamental.

REFERÊNCIAS

ALVES, M. T. G.; SOARES, J. F. Contexto escolar e indicadores educacionais: condições desiguais para a efetivação de uma política de avaliação educacional. *Revista Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 39, n. 1, p. 177-194, jan./mar. 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v39n1/v39n1a12>>. Acesso em: 05 ago. 2016.

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Importado. Brasil. São Paulo: Edições 70. Ed 1. 2011.

BARRETTO, E.S. S.; MITRULIS, E. Trajetória e desafios dos ciclos escolares no País. *Revista Estudos Avançados*, v. 15, n. 42. 2001. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9795>>. Acesso em: 12 out. 2016.

BEANE, J. A. Integração curricular: a essência de uma escola democrática. *Currículo Sem Fronteiras*, v.3, n.2, p. 91-110, 2003. Disponível em: <<http://www.curriculosemfronteiras.org/vol3iss2articles/beane.pdf>>. Acesso em 05 out. 2016.

BONAMINO, A.; MARTÍNEZ, S. A. Diretrizes e Parâmetros curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental: a participação das instâncias políticas do Estado. *Educ. Soc., Campinas*, vol. 23, n. 80, p. 368-385, setembro/2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v23n80/12937>>. Acesso em: 12 out. 2016.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais. Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1997. 126p

BRASIL. Câmara dos Deputados. Plano Nacional da Educação. Lei nº 13.005, Brasília: Edições Câmara, 86 p., 2014. Disponível em: <<http://www.observatoriodopne.org.br/uploads/reference/file/439/documento-referencia.pdf>>. Acesso em: 12 agos. 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Índice de Desenvolvimento da Educação Básica. 2015. Disponível em: <<http://ideb.inep.gov.br/resultado/resultado/resultado.seam?cid=1563571>>. Acesso em: 14 agos. 2016.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Lei de Diretrizes e Bases. Lei nº 9.394/1996. Ed. 13ª, 2015. Disponível em: <file:///C:/Users/ACER/Downloads/lbd_13ed.pdf>. Acesso em: 16 agos. 2016.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Constituição Federal, 1988. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1988/constituicao-1988-5-outubro-1988-322142-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 06 out. de 2016.

BRASIL. Câmara Municipal de Uruguaiana/RS. Plano Municipal de Educação. 2016. Disponível em: <file:///C:/Users/ACER/Downloads/Lei_4.pdf>. Acesso em: 12 agos. 2016.

DEMO, P. Educação & conhecimento – relação necessária, insuficiente e controversa. Petrópolis: Vozes, 2001.

DEMO, P. Educação e Alfabetização Científica. Campinas, SP: Papyrus, 2010.

DISSEGNA, V. M. Desafios da educação contemporânea: possibilidades da integração entre currículo e tecnologia em tempos de cultura digital. Universidade Federal de Santa Catarina. PPG em Educação. 2016. Repositório UFSC. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/168740>>. Acesso em: 04 out. de 2016.

FAZENDA, I. C. A. Interdisciplinaridade: Um projeto em parceria. 5ª ed. São Paulo: Loyola, 2002.

FREIRE, P. Ação cultural para a liberdade: e outros escritos. 9 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001

GUILLÉN, F. C. Educación, médio ambiente y desarrollo sostenible. Revista de Educación Ambiental Biocenosis. Vol.18 (1-2) 2004. Disponível em: <<http://investiga.uned.ac.cr/revistas/index.php/biocenosis/article/view/1390>>. Acesso em: 24 out. 2016.

HARTMANN, A. M.; ZIMMERMANN, E. O trabalho interdisciplinar no Ensino Médio: A reaproximação das "Duas Culturas". Revista Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências. 2007. Vol. 7 Nº 2. Disponível em: <http://www.cienciamao.usp.br/dados/rab/_otrabalhointerdisciplina.artigoCompleto.pdf>. Acesso em: 15 de jun. 2016.

IRIBARRY, I. N. Psicologia: Reflexão e Crítica. 16(3), pp. 483-490. (2003). Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/prc/v16n3/v16n3a07.pdf>>. Acesso em 20 de fev. 2014.

KLEIN, D. H.; FRÖHLICH, M. A.; KONRATH, R. D. Base Nacional Comum Curricular – BNCC: documento em análise. Revista Licencia&acturas, vol. 04, n. 01, 2016. Disponível em: <<http://www.ieduc.org.br/ojs/index.php/licenciaeacturas/article/view/101>>. Acesso em: out. 2016.

LANES, K. G.; LANES, D. V. C.; PUNTEL, R. L.; SOARES, F. A. A; FOLMER, V. Sobrepeso e obesidade: implicações e alternativas no contexto escolar. Revista Ciências & Ideias, V. 3, n. 1, p. 1-18, 2011. Disponível em: <<http://revistascientificas.ifrj.edu.br:8080/revista/index.php/reci/article/view/77/120>>. Acesso em 16 set. 2016.

LARA, S.; SALGUEIRO, A. C. F.; COPETTI, J.; LANES, K. G.; PUNTEL, R. L.; FOLMER, V. O tema transversal saúde na formação inicial de futuros educadores. Revista Eletrônica Pesquisaeduca, Santos, v. 06, n. 12, p. 434-456, 2014. Disponível em: <<http://periodicos.unisantos.br/index.php/pesquiseduca/article/view/359>>. Acesso em: 02 set. 2016.

LARA, S.; SALGUEIRO, A.C. F.; PUNTEL, R. L.; FOLMER, V. Trabalhando a interdisciplinaridade com o Tema Transversal saúde na formação inicial de estudantes do Curso Normal. Revista Ciências & Ideias, v.6, n.2, p. 116-134. 2015. Disponível em: <<http://revistascientificas.ifrj.edu.br:8080/revista/index.php/reci/article/view/379>>. Acesso em: 15 set. 2016.

LIBÂNEO, J. C. Pedagogia e pedagogos: inquietações e buscas. Educar. Curitiba, n. 17, p. 153-176. Editora da UFPR. 2001. Disponível em: <<file:///C:/Users/HP/Downloads/2074-4044-1-PB.pdf>>. Acesso em 29 fev. 2016.

LIBÂNEO, J. C. Organização e Gestão da Escola: teoria e prática. 5ed. Goiânia: Alternativa. 2004.

LOPES, J. L. K. A formação continuada na rede estadual de educação do estado do Paraná, núcleo de Curitiba e o resultado da prova Brasil/2007. Universidade Federal do Paraná. 2011. Disponível em: <<http://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/35179/LOPES%2c%20JACIONE%20LUZIA%20KLODZINSKI.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 23 agos. 2016.

LOCATELLI, O. C., HENDGES, C. D. A. Educação Ambiental na perspectiva de um currículo interdisciplinar. Cadernos do CEOM, v. 21, n.29, 2005. Disponível em: <<https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article/viewFile/336/176>>. Acesso em: 12 nov. 2016.

LUCK, H. Pedagogia Interdisciplinar: fundamentos teóricos - metodológicos. Petrópolis – RJ: Vozes. 1994.

MACEDO, E. F. Os Temas Transversais nos Parâmetros Curriculares Nacionais. Química Nova na Escola, n.8, 1998. Disponível em: <<http://qnesc.s bq.org.br/online/qnesc08/espaco.pdf>>. Acesso em: 08 set. 2016.

MALLMANN, E. M. Pesquisa-ação educacional: preocupação temática, análise e interpretação crítico-reflexiva. Cadernos de Pesquisa. v. 45 n. 155, 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/v45n155/1980-5314-cp-45-155-00076.pdf>>. Acesso em: 08 set. 2016.

MEDEIROS, R. C. R., VALENTE, G. S. C. A prática docente reflexiva baseada no currículo integrado: uma questão de competências. Revista Ibero-americana de Educação, n. 54, 2010. Disponível em: <<http://rieoei.org/3507.html> >. Acesso em 06 out. 2016.

MOREIRA, B. L. R.; ROCHA, J. B. T.; PUNTEL, R. L.; FOLMER, V. Educação sexual na escola: implicações para a práxis dos adultos de referência a partir das dúvidas e curiosidades dos adolescentes. Revista Electrónica de Enseñanza de las Ciencias. Vol 10, Nº 1, 64-83. 2011. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5505787>>. Acesso em 07 out. 2016.

MOREIRA, B. L. R.; BOFILL, M. A. M.; ABAD, M. A. S.; FREITAS, J. R.; GRECCO, M. S. Educação sexual na escola: um breve relato da experiência do município de Uruguaiana/RS. In Educação e saúde no contexto escolar. Jaqueline Copetti, Vanderlei Folmer (Organizadores). Uruguaiana: Universidade Federal do Pampa, 2015. 342p. Disponível em: <<http://porteiros.r.unipampa.edu.br/portais/sisbi/files/2015/08/Livro-Educa%C3%A7%C3%A3o-e-Sa%C3%BAde-no-Contexto-Escolar.pdf>>. Acesso em: 02 set. 2016.

PESSANO, E. F. C.; PESSANO, C. L. A.; FOLMER, V.; PUNTEL, R. L. O Rio Uruguai como tema para a Educação Ambiental no Ensino Fundamental. Revista Contexto & Educação. Editora Unijui, Ano 30, n. 96, p. 29-63, 2015. Disponível em: <<https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/contextoeducacao/article/view/3317>> Acesso em: 15 set. 2016.

PIMENTEL, A. O método da análise documental: seu uso numa pesquisa historiográfica. Caderno de Pesquisa, São Paulo, n. 114, 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/n114/a08n114.pdf>>. Acesso em jun. 2016.

RODRIGUES, C. A. G.; SANTOS, C. V. S.; MERCÊS, F. A.; MANSINI, L. F.; CORRÊA, W. C.; SANTOS, T. S. S.; GUTIERRES, Y. C.; CACCAVO, R.; TAVARES, S.F. Pluralidade cultural: análise e reflexão. Lecturas: Educación Física y Deportes, Revista Digital. Buenos Aires, Año 20, Nº 204, 2015. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5386792>>. Acesso em: 16 agos. 2016.

SANTOS, A. G.; SANTOS, C. A. P. A inserção da Educação Ambiental no currículo escolar. Revista Monografias Ambientais – REMOA. v. 15, n.1, 2016. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/remoa/article/view/19893>>. Acesso em 04 de out. 2016.

SANTOS, M. E. T.; SOARES, C. B.; ESCOTO, D. F.; SOUZA, D. O. G.; COPETTI, J.; SILVEIRA, M. G. S.; LARA, S.; FOLMER, V. *Tema Transversal saúde no contexto escolar: análise da formação e da prática pedagógica docente nos anos iniciais da Educação Básica*. Revista Ciências & Ideias, v.7, n.1, 2016. Disponível em: <<http://revistascientificas.ifrj.edu.br:8080/revista/index.php/reci/article/view/471>>. Acesso em: 15 set. 2016

SARLET, I.W.; BUBLITZ, M. D. Declaração de Atenas: a mídia e o uso da terminologia com relação às pessoas com deficiência na perspectiva do direito à igualdade. Revista Direto Fundamentais da Democracia, v. 15, n 15. 2014. Disponível em: <<http://revistaeletronicardfd.unibrasil.com.br/index.php/rdfd/article/view/576>>. Acesso em 23 agos. 2016.

SARWAR, M. F.; SARWAR, M. H.; SARWAR, M. Understanding Some of the Best Practices for Discipline of Health Education to the Public on the Sphere. International Journal of Innovation and Research in Educational Sciences. Vol. 2, 2015. Disponível em: <http://www.ijires.org/administrator/components/com_jresearch/files/publications/IJIRE-112_final.pdf>. Acesso em: 24 out 2016.

SAVELI. E. L.. ENSINO FUNDAMENTAL DE NOVE ANOS: bases legais de sua implantação. Práxis Educativa, Ponta Grossa, PR, v. 3, n. 1, 2008. Disponível em: <<file:///C:/Users/Acer/Downloads/Dialnet-EnsinoFundamentalDeNoveAnos-2682746.pdf>>. Acesso em: 12 out. 2016.

SEVERINO, A. J. Formação e atuação dos professores: dos seus fundamentos éticos. In: SEVERINO, Francisca Eleodora Santos (Org.). Ética e formação de professores. São Paulo: Cortez, 2011. p. 130-148.

SOUZA, I. M. A.; SOUZA, L. V. A. O uso da tecnologia como facilitadora da aprendizagem do aluno na escola. Revista Fóruns Identidades. Itabaiana: GEPIADDE, Ano 4, Vol. 8, 2010. Disponível em: <<http://www.seer.ufs.br/index.php/forumidentidades/article/view/1784/1573>>. Acesso em: 14 jun 2016.

TEIXEIRA, N. F. F.; MOURA, P. E. F.; SILVA, F. A. S. A questão do meio ambiente no contexto da globalização: A educação ambiental em debate. *Revista Equador*, v. 5, n. 4, 2016. Disponível em: <<http://www.ojs.ufpi.br/index.php/equador/article/view/5228>>. Acesso em: 10 set. 2016.

VASCONCELLOS, C. S. Planejamento: projeto de ensino-aprendizagem e político-pedagógico. São Paulo: Libertad, 2002.

VEIGA, I. P. A Projeto político-pedagógico da escola: uma construção coletiva. In: _____ (org) Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível. Campinas, SP-Papirus, ed. 14, 2002. Disponível em: <<http://pep.ifsp.edu.br/wp-content/uploads/2015/01/PPP-uma-constru%C3%A7%C3%A3o-coletiva.pdf>>. Acesso em 15 dez 2015.

VEIGA, I. P. A. Projeto Político Pedagógico: Novas Trilhas para a escola. In: As dimensões do projeto político pedagógico. Campinas, SP – Papirus, 2001.

VEIGA, I. P. A. Educação básica e educação superior: projeto político-pedagógico. 3. ed. Campinas: Papirus, 2004.

VEIGA, I. P. A. A escola em debate: Gestão, projeto político-pedagógico e avaliação. *Revista Retratos da Escola*, Brasília, v. 7, n. 12, 2013. Disponível em: <<http://www.esforce.org.br/index.php/semestral/article/view/270>>. Acesso em 05 out. 2016.

VIRGENS, R. A. A. Educação Ambiental no ambiente escolar [Monografia]. Brasília: Universidade de Brasília e Universidade Estadual de Goiás; 26p, 2011. Disponível em: <http://bdm.unb.br/bitstream/10483/1753/1/2011_RutedeAlmeidaVirgens.pdf>. Acesso em: 07 out. 2016.